



Autor
Gabriel de Jesus Tedesco Wedy

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO

Como Instrumento de Tutela do
Meio Ambiente e da Saúde Pública

Área específica
Direito Ambiental.

Áreas afins
Direito Constitucional.

O livro de Gabriel Wedy sobre o princípio constitucional da precaução é uma obra das mais relevantes e recomendáveis. Já porque discorre, com fluência de estilo e elevado discernimento crítico, sobre o conceito-chave da precaução (apontando, com rigor, as diferenças em face do princípio da prevenção). Já porque tece, com acuidade e brilho, o vínculo teórico e consequencial entre o princípio da precaução (mediante judicioso exame dos elementos da incerteza científica, do risco de dano e da inversão do ônus da prova), proporcionalidade (como vedação de excesso e de inoperância) e a tutela efetiva da saúde pública e do meio ambiente, temas decisivos e cruciais para o direito público no século XXI. Tudo isso em texto que inclui, como pano de fundo, o arejado estudo da evolução afirmativa do princípio em apreço, sempre em diálogo com as melhores fontes. Ademais, a par da abordagem teórica, o autor não descarta a desafiadora aplicação, nem do exame de casos complexos do mundo real. Oferece, nessa perspectiva, uma contribuição de peso a propósito da precaução e da causalidade jurídica, além de tecer, com lastro hermenêutico seguro e consistente, valiosos comentários sobre o princípio em tela e a responsabilidade do Estado por condutas omissivas e comissivas. Uma obra, portanto, que deve ser lida e meditada, pois pode muito contribuir para a afirmação do Estado Constitucional que, em vez da inércia, deve assumir o verdadeiro engajamento com a promoção do desenvolvimento que importa, isto é, o desenvolvimento em harmonia com o primado eficaz dos princípios, objetivos e direitos fundamentais.

Público-alvo/consumidores
Alunos de cursos de pós-graduação e graduação em direito na área acadêmica. Na área da atividade forense, advogados, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário que trabalham com o direito ambiental.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001133

Prof. Dr. Juarez Freitas (PUCRS, UFRGS)
Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público.

W393p

Wedy, Gabriel

O princípio constitucional da precaução: como instrumento de tutela do meio ambiente e da saúde pública. 2. ed. / Gabriel Wedy; prefácio de Vladimir Passos de Freitas; depoimento de Juarez Freitas. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

205 p.

ISBN 978-85-450-0243-7

1. Direito ambiental. I. Título. II. Freitas, Vladimir Passos de. III. Freitas, Juarez.

CDD: 341.347

CDU: 34: 577.4

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

WEDY, Gabriel. O princípio constitucional da precaução: como instrumento de tutela do meio ambiente e da saúde pública. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 205p. ISBN 978-85-450-0243-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Vladimir Passos de Freitas..... 13

APRESENTAÇÃO

José Rubens Morato Leite..... 17

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO: HISTÓRICO, EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E CONCEITO..... 25

1.1 O princípio da precaução no plano legislativo internacional..... 25

1.2 O princípio da precaução na Constituição Federal de 1988 e no plano infraconstitucional 34

1.3 Conceito..... 38

1.4 Distinção entre o princípio da precaução e o princípio da prevenção. 47

1.5 Elementos do princípio da precaução..... 60

1.5.1 Incerteza científica 60

1.5.2 Risco de dano..... 66

1.5.3 Inversão do ônus da prova 73

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO: CAUSALIDADE E CRÍTICA 79

2.1 Causalidade e o princípio da precaução..... 79

2.1.1 Causalidade natural e o princípio da precaução..... 80

2.1.2	Causalidade jurídica e o princípio da precaução	86
2.2	Análise da crítica ao princípio da precaução	100
2.3	A evolução de Sunstein: o procedimento da análise do custo-benefício humanizado e ecologicamente responsável e a aplicação do princípio da precaução.....	110

CAPÍTULO 3

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO... 119

3.1	O princípio da precaução e direitos socioambientais: princípio da proporcionalidade (vedação de excesso e de inoperância)	119
3.2	Responsabilidade civil do Estado por dano ambiental em face da aplicação excessiva ou inoperante do princípio da precaução	131
3.3	Aplicação do princípio da precaução pelo Poder Judiciário brasileiro.....	143
3.3.1	Análise de <i>leading case</i> do Supremo Tribunal Federal e posição atual em relação ao princípio da precaução.....	144
3.3.2	Aplicação do princípio da precaução no âmbito do STJ	
3.3.3	Aplicação do princípio da precaução no âmbito do TRF da 4ª Região	168

CAPÍTULO 4

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NO MERCOSUL..... 175

CONCLUSÃO

189

REFERÊNCIAS..... 193